Rendimento/pay

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.

Em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	4

Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. (“Rendimentopay” ou “Instituição”) acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

A Rendimentopay prioriza investimentos em tecnologia, capital humano e em soluções inovadoras de inteligência artificial, com vistas à modernização dos ambientes de negócios e de controle e o compromisso de eficiência e excelência operacional.

Refletindo a estratégia de diversificação de portfólio, a Rendimentopay ampliou sua operação como adquirente, reforçando sua atuação no ecossistema de pagamentos.

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, a governança e a conformidade regulatória, alinhada às melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas.

A Instituição

A Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. atua no mercado de soluções de pagamento, cartões de crédito e pré-pagos (cartões de viagem, ações promocionais de incentivo e pagamentos diversos), gerenciamento de comissões de autônomos e de projetos customizados, gestão de gastos corporativos e de pagamentos via Pix para vendas realizadas em estabelecimentos comerciais no exterior.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se disseminado por toda Instituição, com estrutura alinhada à natureza das operações e aderente às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante à exposição aos riscos.

A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras, da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Rendimentopay agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e aos colaboradores pelo empenho.

A Administração

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

65543

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.
Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**10.185**	**9.211**
Ativos financeiros		**373.792**	**98.853**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**77.754**	**81.293**
Títulos e valores mobiliários	6a	77.754	81.293
Ao custo amortizado		**296.038**	**17.560**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	528	550
Títulos e valores mobiliários	6a	1.584	12.947
Relações interfinanceiras	7	293.926	4.063
(-) Provisões para perdas de crédito de valores a receber relativos a transações de pagamento		**(317)**	**(336)**
Outros ativos	**8**	**22.504**	**25.605**
Ativos fiscais	**12a**	**10.793**	**11.267**
Imobilizado		**692**	**951**
Intangível		**4.611**	**2.352**
TOTAL DO ATIVO		**422.260**	**147.903**

PASSIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		**374.820**	**95.056**
Ao custo amortizado		**374.820**	**95.056**
Depósitos	9	61.318	69.972
Outros passivos financeiros	10	313.502	25.084
Outras obrigações	**11**	**22.328**	**29.118**
Passivos fiscais	**12c**	**2.672**	**5.043**
Provisões para contingências	**20b**	**3.647**	**3.528**
Patrimônio líquido	**14**	**18.793**	**15.158**
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		3.348	3.165
Outros resultados abrangentes		(25)	(7)
Lucros acumulados		3.470	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**422.260**	**147.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Receitas da intermediação financeira		**5.850**	**5.666**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		230	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	6c	5.620	5.666
Despesas da intermediação financeira		**19**	**(73)**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		19	(73)
Resultado da intermediação financeira		**5.869**	**5.593**
Outras receitas / (despesas) operacionais		**(165)**	**(3.506)**
Receitas de prestação de serviços	15	31.522	28.848
Despesas de pessoal	16	(12.208)	(13.081)
Outras despesas administrativas	17	(11.853)	(10.564)
Despesas tributárias	18	(2.792)	(3.394)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	20c	(119)	(172)
Outras receitas operacionais	19a	7.780	7.294
Outras despesas operacionais	19b	(12.495)	(12.437)
Resultado operacional		**5.704**	**2.087**
Resultado não operacional		**4**	**(87)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**5.708**	**2.000**
Imposto de renda e contribuição social		**(2.055)**	**(782)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12d	(1.617)	(1.213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12d	(438)	431
Lucro líquido		**3.653**	**1.218**
Quantidade de ações		6.000.000	6.000.000
Lucro básico e diluído em R$ por ação		0,61	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Lucro líquido	**3.653**	**1.218**
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados para o resultado	**(18)**	**8**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes	(29)	12
Impostos diferidos	11	(4)
Resultado abrangente	**3.635**	**1.226**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.000**	**723**	**5.927**	**(30)**	**-**	**12.620**
Adoção inicial Resolução BCB nº 352/2023	-	-	-	-	(101)	(101)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**6.000**	**723**	**5.927**	**(30)**	**(101)**	**12.519**
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos	-	-	-	8	-	8
Lucro líquido	-	-	-	-	1.218	1.218
Constituição de reserva legal	-	61	-	-	(61)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	**6.000**	**784**	**5.927**	**(22)**	**1.056**	**13.745**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**12.000**	**124**	**3.041**	**(7)**	**-**	**15.158**
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos	-	-	-	(18)	-	(18)
Lucro líquido	-	-	-	-	3.653	3.653
Constituição de reserva legal	-	183	-	-	(183)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	**12.000**	**307**	**3.041**	**(25)**	**3.470**	**18.793**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		**3.653**	**1.218**
Ajustes para reconciliar o lucro:			
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes		119	202
Provisão / (reversão) operacionais e administrativas		45	(1)
Atualização monetária de depósitos judiciais e impostos		(145)	(13)
Depreciação e amortização	17	905	1.136
Impostos correntes e diferidos	12d	2.055	782
Provisão / (reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(19)	81
Baixa de imobilizado		1	-
Lucro líquido ajustado		**6.614**	**3.405**
Variações de ativos operacionais:		**(271.722)**	**(311)**
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		22	-
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		14.873	5.272
(Aumento) redução em relações interfinanceiras		(289.863)	-
(Aumento) redução em outros ativos		3.246	(4.837)
(Aumento) redução em ativos fiscais		-	(746)
Variações de passivos operacionais:		**269.060**	**3.171**
Aumento (redução) em depósitos		(8.654)	(86)
Aumento (redução) em outros passivos financeiros		288.418	4.292
Aumento (redução) em outras obrigações		(6.762)	641
Aumento (redução) em passivos fiscais correntes		(2.732)	(867)
IRPJ e CSLL pagos		(1.210)	(809)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**3.952**	**6.265**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(37)	-
Baixa de imobilizado		-	26
Aquisição de intangível		(2.941)	(1.555)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		**(2.978)**	**(1.529)**
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**974**	**4.736**
Início do período	4	9.211	7.233
Final do período	4	10.185	11.969
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**974**	**4.736**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição” ou “Rendimentopay”) localizada na Av. Rebouças, 3970 – 16º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade anônima e tem por objetivo oferecer serviços de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, gestão de recebíveis de cartões de crédito e débito, comissões mobiliárias, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e alterações consecutivas, com observância às normas do Banco Central do Brasil (Bacen), de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Foram realizadas as seguintes reclassificações na "Demonstração do Resultado" referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, para fins de melhor apresentação e comparabilidade:

Demonstração do Resultado	1º Semestre/2025		
	Saldo divulgado	Reclassif.	Saldo atualizado
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	-	(172)	(172)
Outras receitas operacionais	7.324	(30)	7.294
Outras despesas operacionais	(12.639)	202	(12.437)

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 12 de agosto de 2026.

b) Novas normas aplicáveis com vigência no período corrente

Não houve novas normas aplicáveis para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

c) Novas normas aplicáveis com vigência em períodos futuros

Resolução BCB nº 352/2023 e alterações: Trata da designação e do reconhecimento contábil de operações de *hedge* , bem como do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em fase de avaliação e serão concluídos até a data de sua entrada em vigor.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *“pro rata die”* para as de natureza financeira.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão representadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Instituição.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança de valor e limites.

d) Instrumentos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Resolução BCB nº 352/2023, os títulos e valores mobiliários são classificados com base no modelo de negócio aprovado pela Alta Administração, considerando as características dos fluxos de caixa contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros". Nessas condições os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: i. **Custo Amortizado (CA):** Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPJ). ii. **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério SPPJ; e iii. **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPJ ou são geridos para venda.

Provisões Associadas ao Risco de Crédito – a Rendimentopay adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução BCB 352/2023. As perdas estão estimadas com base nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução.

A mensuração a valor justo de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a evidência mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.

Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de "Fluxo de Caixa Descontado", em que todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis.

No caso específico dos títulos presentes no Rendimentopay, estes estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Isso significa que o valor é calculado multiplicando o preço cotado de cada título individual pela quantidade detida pela entidade, sem a necessidade de ajustes adicionais. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis.

e) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

f) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - *(impairment)*

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução BCB nº 120/2021 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 25% aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 12% para as instituições de pagamento, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre as Instituições de Pagamento.

A nova norma estabelece um escalonamento da alíquota da CSLL, conforme o cronograma abaixo:

(i) 9% (alíquota vigente): Aplicável até 31 de março de 2026;

(ii) 12%: Aplicável para o período compreendido entre 1º de abril de 2026 e 31 de dezembro de 2027; e

(iii) 15%: Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2028.

i) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores a receber das Bandeiras Visa, Mastercard e Elo relativos às transações de pagamento e estão registradas pelo valor de liquidação.

j) Depósitos

Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há remuneração.

k) Outros passivos financeiros

Correspondem aos valores a liquidar, relativos às transações de pagamento, registradas pelo valor a ser liquidado.

l) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB n° 09/2020 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

n) Eventos subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**10.185**	**9.211**
Disponibilidades em moeda nacional	10.185	9.211
Total	**10.185**	**9.211**
Circulante	10.185	9.211

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em moeda estrangeira	528	550
Total	**528**	**550**
Circulante	528	550

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor de Curva	Ajustes a valor justo [1]	Valor justo	Valor de Curva	Ajustes a valor justo [1]	Valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**77.794**	**(40)**	**77.754**	**81.304**	**(11)**	**81.293**
Carteira própria – Livres	**2.262**	**(1)**	**2.261**	**-**	**-**	**-**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.262	(1)	2.261	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias [2]	**75.532**	**(39)**	**75.493**	**81.304**	**(11)**	**81.293**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	75.532	(39)	75.493	81.304	(11)	81.293
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	**1.584**	**-**	**1.584**	**12.947**	**-**	**12.947**
Carteira própria – Livres	**1.584**	**-**	**1.584**	**12.947**	**-**	**12.947**
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas - (Nota 13)	1.584	-	1.584	12.947	-	12.947
Total	**79.378**	**(40)**	**79.338**	**94.251**	**(11)**	**94.240**

[1] Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA e classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, na mutação do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

[2] Refere-se a aplicações em títulos públicos federais que lastreiam os depósitos de contas pré-pagas.

b) Composição por vencimento dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2026			
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Títulos públicos	-	**77.754**	-	**77.754**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	77.754	-	77.754
Títulos privados	**-**	-	**1.584**	**1.584**
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas - (Nota 13)	-	-	1.584	1.584
Total	**-**	**77.754**	1.584	**79.338**

	31/12/2025			
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Títulos públicos	-	**81.293**	-	**81.293**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	81.293	-	81.293
Títulos privados	-	-	**12.947**	**12.947**
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas - (Nota 13)	-	-	12.947	12.947
Total	-	**81.293**	**12.947**	**94.240**

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Títulos de renda fixa	5.620	5.666
Total	**5.620**	**5.666**

7. Relações interfinanceiras

	30/06/2026	31/12/2025
Direitos junto a participantes de sistema de liquidação e de arranjo de pagamento [(1)]	293.926	4.063
Total	**293.926**	**4.063**
Circulante	276.833	4.055
Não circulante	17.093	8

[(1)] Refere-se, substancialmente, aos saldos a receber relativos a transações com cartões.

8. Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	16.668	17.679
Rendas a receber	1.708	2.687
Devedores por depósitos em garantia - (Nota 20b)	1.387	1.314
Valores a receber de sociedades ligadas	836	1.290
Devedores diversos - País	37	148
Outros	1.868	2.487
Total	**22.504**	**25.605**
Circulante	21.066	24.205
Não circulante	1.438	1.400

9. Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Contas de pagamento pré-pagas sem remuneração	61.318	69.972
Total	**61.318**	**69.972**
Circulante	61.318	69.972

10. Outros passivos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação e de arranjo de pagamento [1]	313.502	25.084
Total	**313.502**	**25.084**
Circulante	296.374	25.010
Não circulante	17.128	74

[1] Refere-se, substancialmente, aos saldos a repassar relativos a transações com cartões com partes relacionadas.

11. Outras obrigações

	30/06/2026	31/12/2025
Comissões a repassar	11.364	16.527
Provisão para pagamentos a efetuar	6.276	6.787
Credores diversos - País	2.683	3.785
Sociais e estatutárias	1.085	1.192
Valores a pagar sociedades ligadas - (Nota 13)	920	827
Total	**22.328**	**29.118**
Circulante	20.504	27.070
Não circulante	1.824	2.048

12. Tributos

a) Ativos fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos fiscais correntes	**5.649**	**5.695**
Impostos e contribuições a compensar (IR / CSLL)	3.311	3.893
Outros impostos e contribuições a compensar [1]	2.338	1.802
Ativos fiscais diferidos	**5.144**	**5.572**
Créditos tributários	5.144	5.572
Total	**10.793**	**11.267**
Circulante	5.477	4.183
Não circulante	5.316	7.084

[1] Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte de aplicações em títulos de renda fixa.

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2025	1º Semestre/2026		30/06/2026
		Constituição	(Realização)	
Perdas associadas ao risco de crédito	132	7	(21)	**118**
Contingências	1.279	158	(33)	**1.404**
Participação nos lucros, bônus e gratificações	252	170	(188)	**234**
Intangíveis	506	26	(51)	**481**
Lei do Bem	1.660	-	(195)	**1.465**
Outras	1.743	1.439	(1.740)	**1.442**
Total	**5.572**	**1.800**	**(2.228)**	**5.144**

	31/12/2024	1º Semestre/2025		30/06/2025
		Constituição	(Realização)	
Perdas associadas ao risco de crédito	22	77	-	**99**
Contingências	985	137	(78)	**1.044**
Outras [1]	1.325	928	(583)	**1.670**
Total	**2.332**	**1.142**	**(661)**	**2.813**

[1] Refere-se, substancialmente, aos valores de provisão para pagamentos a efetuar no montante de R$ 998.

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução BCB nº 15/2020, condicionados à natureza do crédito gerado.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor nominal	Valor presente
2026	953	818
2027	2.246	1.924
2028	567	485
2029	558	477
Acima de 2030	820	700
Total	**5.144**	**4.404**

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 4.404 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

c) Passivos fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
Passivos fiscais correntes	**2.672**	**5.043**
Impostos e contribuições a recolher	2.672	5.043
Total	**2.672**	**5.043**
Circulante	2.672	5.043

d) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Valores correntes	**(1.617)**	**(1.213)**
IR e CSLL no País – Corrente	(1.617)	(1.213)
Valores diferidos	**(438)**	**431**
Diferenças temporárias	(438)	431
Total	**(2.055)**	**(782)**

e) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Resultado antes dos tributos e participações	**5.708**	**2.000**
Encargo total do IR (25%) e CSLL [(1)]	(2.119)	(680)
Outros valores	64	(102)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(2.055)**	**(782)**

[(1)] Em 31 de março de 2026, a alíquota da CSLL era de 9%. A partir dessa data, passou a ser de 12% (Nota 3h).

13. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	30/06/2026	1º Semestre/ 2026	31/12/2025	1º Semestre/ 2025
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades	**10.083**	**-**	**9.195**	**-**
Banco Rendimento S.A.	10.083	-	9.195	-
Certificado de depósito bancário	**1.584**	**194**	**12.947**	**1.077**
Banco Rendimento S.A.	1.584	194	12.947	1.077
Valores a receber	**665**	**6.070**	**1.290**	**5.772**
Banco Rendimento S.A.	665	6.070	1.290	5.772
Rendimento DTVM S.A.	-	-	-	337
Valores a pagar	**(920)**	**-**	**(827)**	**-**
Rendimento DTVM S.A.	(94)	-	(139)	-
Banco Rendimento S.A.	(826)	-	(688)	-
Outros passivos financeiros	**(296.180)**	**-**	**-**	**-**
Banco Rendimento S.A.	(296.180)	-	-	-
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	**-**	**(1.276)**	**-**	**(1.029)**
Rendimento DTVM S.A.	-	(70)	-	(69)
Banco Rendimento S.A.	-	(1.206)	-	(960)

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Rendimentopay incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Remuneração fixa	648	527
Remuneração variável	217	337
Encargos sociais	219	213
Total	**1.084**	**1.077**

A Rendimentopay não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

14. Patrimônio líquido

A Rendimentopay é regida subsidiariamente pela lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/1976.

a) Capital social

O capital social totalmente integralizado é de R$ 12.000, representado por 6.000.000 ações nominativas, sendo 3.000.000 ordinárias e 3.000.000 preferenciais, sem valor nominal.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

c) Reservas de lucros

Reserva legal: a Instituição deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

15. Receitas de prestação de serviços

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Receitas por serviços de pagamento	15.824	13.231
Intermediação de pagamentos	11.489	10.177
Tarifas serviços diferenciados	3.434	5.013
Rendas de serviços prestados a ligadas	9	348
Outras	766	79
Total	**31.522**	**28.848**

16. Despesas de pessoal

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Proventos	(6.584)	(7.048)
Encargos sociais	(2.435)	(2.620)
Benefícios	(2.396)	(2.424)
Honorários	(737)	(863)
Outras	(56)	(126)
Total	**(12.208)**	**(13.081)**

17. Outras despesas administrativas

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Processamento de dados	(7.441)	(7.091)
Depreciação e amortização	(905)	(1.136)
Aluguéis	(656)	(524)
Comunicações	(342)	(313)
Serviços do sistema financeiro	(360)	(331)
Serviços técnicos especializados	(133)	(202)
Propaganda e publicidade	(385)	(149)
Manutenção e conservação de bens	(120)	(127)
Transportes	(70)	(69)
Relações públicas	(45)	(26)
Serviços de terceiros	(37)	(29)
Despesas de água, energia e gás	(34)	(40)
Despesas de material	(24)	(36)
Outras	(1.301)	(491)
Total	**(11.853)**	**(10.564)**

18. Despesas tributárias

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Cofins (7,60%)	(1.281)	(1.904)
ISS (2% a 5%)	(989)	(884)
PIS (1,65%)	(231)	(401)
Outras	(291)	(205)
Total	**(2.792)**	**(3.394)**

19. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Arbitragem cartões pré-pagos	2.491	3.367
Recuperação de despesas	2.243	1.268
Intermediação operacional	2.274	919
Produção de vendas	573	1.558
Atualização monetária de depósitos judiciais e impostos	145	88
Outras	54	94
Total	**7.780**	**7.294**

b) Outras despesas operacionais

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Despesas de transações de pagamento	(4.109)	(5.413)
Comissões sobre intermediação de pagamento	(4.639)	(4.208)
Convênios operacionais	(2.651)	(1.161)
Contas pré-pagas / cartões	(568)	(997)
Outras	(528)	(658)
Total	**(12.495)**	**(12.437)**

20. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor estimado da contingência classificada como perda provável, acrescido dos respectivos encargos, é integralmente provisionado e atualizado na periodicidade prevista em lei.

As contingências judiciais de natureza cível têm sua origem, principalmente, em transações financeiras contestadas por clientes, por meio de ações indenizatórias, onde geralmente é arguida alguma irregularidade ou falha na prestação de serviços pela instituição, tais como ilegalidade na cobrança de tarifas, vícios na abertura de relacionamento, ocorrência de fraude cibernética e outros riscos decorrentes da oferta de produtos e serviços no segmento financeiro.

As contingências judiciais de natureza trabalhista têm sua origem, principalmente, em discussões sobre direitos relativos à jornada de trabalho, horas extras e indenizações diversas.

(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica “Provisões para contingências”, substancialmente pelo seguinte processo:

- Contestação judicial para reconhecer a legalidade da modulação dos efeitos da decisão do STJ (tema 1.079) no que tange à limitação dos 20 salários-mínimos como base de cálculo para as contribuições previdenciárias. Para essa causa, o montante provisionado é de R$ 2.236 em 30 de junho de 2026 (R$ 2.139 em 31 de dezembro de 2025).

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais, ocorridas, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31/12/2025	**2.139**	**1.090**	**299**	**3.528**
Constituições / atualizações / (reversões)	97	12	10	**119**
Saldo final em 30/06/2026	**2.236**	**1.102**	**309**	**3.647**
Saldo inicial em 31/12/2024	**1.942**	**934**	**23**	**2.899**
Constituições / atualizações / (reversões)	91	84	61	**236**
(Baixas por pagamentos)	-	(57)	(7)	**(64)**
Saldo final em 30/06/2025	**2.033**	**961**	**77**	**3.071**

Depósitos judiciais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31/12/2025	**939**	**375**	**-**	**1.314**
Adições/atualizações	56	17	-	**73**
Saldo final em 30/06/2026 – (Nota 8)	**995**	**392**	**-**	**1.387**
Saldo inicial em 31/12/2024	**-**	**347**	**41**	**388**
Adições/atualizações	878	12	-	**890**
Saldo final em 30/06/2025	**878**	**359**	**41**	**1.278**

c) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Fiscais	(97)	(91)
Trabalhistas	(12)	(27)
Cíveis	(10)	(54)
Total	**(119)**	**(172)**

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2026, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

• 3 processos trabalhistas totalizando R$ 1.680.

• 27 processos de natureza cível que somam R$ 1.718 referentes a ações do produto pagadoria, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Rendimentopay.

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

• 3 processos trabalhistas totalizando R$ 1.420.

• 16 processos de natureza cível que somam R$ 1.203 referentes a ações do produto pagadoria, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Rendimentopay.

21. Resultados não recorrentes

Não tivemos resultados não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

22. Gestão de riscos

A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Apetite a Riscos aprovada pela Alta Administração, em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil e alinhada às melhores práticas, por meio da política de gerenciamento de riscos e capital, sempre na constante adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles. Esse processo se dá através do envolvimento da estrutura corporativa e do aculturamento de toda instituição com a efetiva participação no monitoramento de riscos.

a) Risco operacional

A gestão do risco operacional e de controles internos mantêm-se sob estrutura e formato compatíveis com as atividades e rotinas realizadas pela Rendimentopay, utilizando-se de processos eficazes de acompanhamento e ferramentas de apoio capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

Para a adoção desses controles, são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, através da construção de uma Matriz de Riscos e Controles, o que possibilita uma visão mais apurada da exposição ao risco operacional e seu alinhamento com planos de mitigação para aqueles que apresentam maior nível de exposição e possam comprometer a continuidade dos negócios e a reputação da Rendimentopay, além de sujeitar a instituição a sanções por parte dos órgãos reguladores e a possíveis reparações a terceiros.

O modelo de gestão é baseado nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controles Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração.

b) Risco de mercado e liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.557/2017, em ambiente corporativo, constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Rendimentopay.

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado.

No tocante à gestão de risco de liquidez, os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas, em bases prudenciais, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

c) Prevenção à "lavagem" de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo

O Grupo Rendimento se solidifica como uma instituição preocupada e engajada na disseminação de conteúdo para o combate aos crimes de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo, de proliferação de armas de destruição em massa, de corrupção e de quaisquer atividades ilícitas que visem causar prejuízos financeiros, jurídicos e de imagem à instituição. Essa atuação ocorre por meio do monitoramento contínuo de operações de clientes, fornecedores e parceiros, visando à prevenção destas práticas.

Neste sentido, reforçamos o compromisso de sermos conscientes, engajados e diligentes na condução de nossos processos e atividades diárias, sempre considerando as diretrizes publicadas por meio de nosso Código de Conduta e Políticas Regulatórias Internas.

Destacamos ainda, como parte do programa de gestão contínua de capacitação, a aplicação de Treinamento de PLD/FTP, realizada pelo Grupo Rendimento a todos os colaboradores da Organização, com atualização periódica (reciclagem).

d) Risco socioambiental

O risco social, ambiental e climático deve ser identificado como um componente das diversas outras modalidades de riscos aos quais a instituição esteja exposta.

O Grupo Rendimento tem fortalecido seu compromisso com as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança), integrando-as de forma estratégica em suas operações.

Reconhecendo que os riscos ESG no setor financeiro são, em sua essência, indiretos e manifestam-se das relações com clientes, fornecedores e parceiros, o Grupo Rendimento possui um processo de *due diligence* abrangente e rigoroso. Esse processo avalia a idoneidade de todos os terceiros, com o objetivo de identificar e mitigar riscos relacionados a crimes e atos ilícitos socioambientais.

Para mitigar esses riscos, o Grupo Rendimento implementou uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), a qual orienta nossas ações em prol da sustentabilidade, assim como uma Política de Educação Financeira robusta que, por sua vez, visa apresentar medidas de educação financeira para seus clientes e usuários.

A Alta Administração está comprometida e alinhada à política de riscos, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

e) Segurança da informação

O Grupo Rendimento segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas e *frameworks* de segurança, visando a identificação, proteção e prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança da informação e cibernética a fim de mitigar os riscos e proteger a Instituição, parceiros e clientes de ameaças que possam comprometer a confidencialidade, autenticidade, disponibilidade e integridade das informações. Além disso, a área de Segurança tem programas frequentes de conscientização e treinamento a todos os colaboradores e terceiros que trabalham no Grupo Rendimento.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Grupo Rendimento encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

23. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 13,28% em 30 de junho de 2026 (13,52% em 31 de dezembro de 2025) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

24. Eventos subsequentes

Não tivemos eventos subsequentes no período.

A Administração

Johnata Alex Sandro Troquetti
Contador
CRC – SP 305295/O-0